



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A experiência de auto-administração das universidades públicas:

o caso das Federais

Newton Lima Neto

Como citar: LIMA NETO, N. A experiência de auto-administração das universidades públicas: o caso das Federais. *In:* VIEITEZ, C. G. (org.). **A Empresa sem patrão**. Marília: Unesp Marília Publicações, 1997. p. 113-116.
DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-31-4.p113-116>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A experiência de auto-administração das universidades públicas: o caso das Federais

Newton LIMA Neto¹

Quero, inicialmente, expressar minha satisfação em poder estar convivendo com mais uma iniciativa de envolvimento da Universidade Pública Brasileira com questões de interesse direto da sociedade, promovida por meio deste evento pelos professores da UNESP. Nesse sentido, gostaria de saudar o prof. Cândido Vieitez e todos aqueles que vêm participando de seu grupo sobre economia solidária, aqui na UNESP de Marília, pela iniciativa de promover um seminário para discussão do tema da autogestão de empresas e instituições públicas. É bem verdade que a Universidade Brasileira tardou em perceber a importância de um engajamento maior com as questões sociais, mas já não é possível mais acusá-la, como continua fazendo o Banco Mundial, de descuidar-se de sua pertinência social.

Nos últimos anos, várias são as experiências bem sucedidas desenvolvidas pelas Universidades Brasileiras - notadamente as públicas e as comunitárias - no sentido de buscar uma inserção social além dos limites da formação de profissionais - nos níveis superior e de pós-graduação - e da produção do conhecimento. Como exemplo marcante dessa preocupação em diversificar, pluralizar e democratizar sua ação extensionista, algumas universidades criaram recentemente a Rede Unitrabalho, que tem por objetivo construir uma sólida ponte de cooperação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho (especialmente voltado aos trabalhadores e suas organizações sindicais). Dentre as 43 instituições de ensino superior até aqui envolvidas, encontram-se a UNESP, a UFSCar, a UNICAMP e a USP. Todas elas estão preocupadas em saldar a imensa dívida social que as universidades têm com a classe trabalhadora. Para se ter uma idéia da motivação que nos levou, enquanto reitores, a criar a Unitrabalho, podemos tomar o *currículo dos trabalhos* de extensão da UFSCar. Verificaremos que ela tem cerca de 230 convênios com o setor produtivo e praticamente nenhum com o setor sindical. É evidente que não se trata de eliminar os convênios universidade/empresa, mas sim, se de fato quisermos construir uma universidade democrática, de propiciar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico também aos trabalhadores, em particular num momento em que, em

¹ Presidente da Fundação Unitrabalho

função da chamada globalização, a sociedade civil se preocupa com as questões do desemprego, formação profissional, erradicação do trabalho infantil, reforma agrária, trabalho da mulher, etc.

A preocupação da universidade brasileira com os temas sociais é recente, é bem verdade, mas a decisão política de promover a aliança da universidade com a sociedade já foi tomada e, espero, seja irreversível. Para compreendermos as causas do atraso nessa relação é preciso ter em mente que: 1) o regime militar promoveu uma eficiente apartação ideológica entre universidade e sociedade e 2) o Estado brasileiro, mesmo depois da ditadura, não percebeu o papel estratégico que as universidades têm no desenvolvimento econômico e social do país. Esta situação parece estar mudando se observarmos, por exemplo, o convite do INCRA para que as universidades promovam o censo dos assentamentos rurais, mas ainda são tímidas as iniciativas governamentais nesse sentido.

Após essas considerações iniciais, gostaria de manifestar-me, então, sobre o tema deste evento e o farei procurando mostrar porque os reitores das Universidades Federais, que vêm lutando há anos pelo autogoverno de suas instituições, repelem o tipo de autonomia que o Banco Mundial e o governo federal nos querem outorgar.

Inicialmente, é preciso reiterar nossa profissão de fé no princípio da autonomia. Não é à toa que as universidades o adotaram em todo o mundo desde que nasceram como instituição social, há mais de novecentos anos. Conquistar a autonomia universitária implica ser independente de governo - exercendo livremente a crítica acadêmica - autogovernar-se, questionar, administrar-se.

Vou-lhes dar dois exemplos simples de dificuldades que seriam superadas pela autonomia. As 52 universidade federais não têm mesada, ao contrário das estaduais paulistas que, por meio do decreto de vinculação orçamentária, a cada mês recebem parte do ICMS do Estado de São Paulo. Estamos, por força disso, há três meses sem receber repasses. Não pagamos a luz há quatro meses na Universidade Federal de São Carlos. E todas as demais encontram-se na mesma situação. Pela primeira vez, lamentavelmente, nós não estamos tendo recursos para pagar a empresa que faz a limpeza do campus. É óbvio que eu gostaria de ter autonomia para ter o recurso mensalmente repassado e poder, assim, fazer planejamento buscando a melhor forma de utilização do dinheiro público. Quanto à rubrica Pessoal, então, nem se fale. É o dr. Bresser Pereira, do Ministério da Administração e Reforma de Estado, MARE, quem determina se as Universidades Federais vão ou não abrir concurso para as vagas para a contratação de docentes a que têm direito. Os reitores não têm autonomia para promovê-los. É claro que nós gostaríamos de ter essa prerrogativa.

Tantos outros exemplos poderiam ser dados para demonstrar como a burocracia do serviço público - à qual as universidades federais estão ligadas - emperra e engessa o funcionamento dessas instituições.

Não obstante, é necessário refletir sobre a seguinte questão: será que autonomia para o sistema federal, para as suas 52 universidades, vai garantir e

ampliar sua qualidade? Ou será que a autonomia, que não é um fim mas um meio, não vai patrocinar de maneira muito mais rápida e eficiente o desmonte do sistema?

Ao examinarmos atentamente o texto produzido pelo Banco Mundial em 1995 (*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*), que serve de referência para a reforma educacional posta em prática pelo governo brasileiro, dirimiremos de imediato essa dúvida: o modelo de autonomia propugnado promoverá, a exemplo do já ocorrido no Chile e na Argentina, gradual descomprometimento do Estado com o sistema público de ensino superior, ao lado de uma significativa expansão do ensino privado de terceiro grau.

O documento do Banco Mundial é absolutamente inescrupuloso, porque ele, no fundo, propõe o neo-imperialismo, a privatização e a adoção, nas universidades públicas, da lógica do mercado globalizado. Nós temos que denunciar e aí não dá para transigir. Vamos ter que nos confrontar com esse projeto. Ele acaba com a produção do conhecimento. A universidade sem produção de conhecimento não é universidade.

Para se ter uma idéia do que vem acontecendo no Chile, que há mais de dez anos adotou esse modelo, a Universidade Metropolitana de Santiago, que é pública, tem apenas 10% do seu orçamento proveniente de fontes fiscais. O restante é complementado por venda de serviços, de matrículas (ensino pago), de cursos de especialização e de empréstimos bancários avalizados pelo governo.

Enquanto a Constituição Federal estabelece a *autonomia de gestão financeira* para as universidades públicas, o Banco Mundial propugna pela *autonomia financeira* dessas instituições.

O Banco Mundial fala em autonomia financeira para que as universidades possam buscar recursos extra-fiscais, dentre os quais os gerados pelo ensino pago, com isso, segundo o BIRD, o Estado passa prioritariamente a se preocupar com o ensino de primeiro e segundo graus. A premissa é: vocês (terceiro mundo) se preocupem em treinar pessoas para consumir e operar as tecnologias que nós (primeiro mundo) produzimos. Eles falam claramente que todo o dinheiro que nós colocamos hoje em pesquisa no Brasil não produz efeito significativo. É claro que essa filosofia abre também um espetacular campo de negócios educacionais para ser ainda mais explorado. Mas a visão estratégica do Banco está, sem dúvida, calcada no aprofundamento da subalternização dos países periféricos aos países dominantes. É assim que funciona o capitalismo local e internacional: muitos têm que perder muito, para que poucos possam ganhar muito. É a lógica da acumulação, que promove, a cada dia, mais exclusão social.

E não é só o BIRD que produz um documento tão claro nessa linha. O governo federal brasileiro, por intermédio do Ministério da Reforma do Estado, está procurando adequar o Estado brasileiro à lógica do Consenso de Washington. Segundo o MARE, instituições sociais como as universidades têm que sair do núcleo do Estado. Não poderão mais ser estatais, assim como os museus, os centro de

pesquisas etc... transformando-se em *Organizações Sociais*. Para não sucumbirem, receberão do Estado uma certa dotação a ser administrada por meio de um contrato de gestão. É o modelo mais descarado de privatização que alguém ousou escrever neste país. Parte-se do pressuposto de que o sistema federal de ensino superior é muito caro para o Brasil, mesmo que isto signifique apenas 0,7% do PIB. São 5 bilhões de dólares este ano, num total de 22 que se aplica em educação pública em todos os níveis no país (dados da Unesco). E ainda querem que a sociedade acredite que a educação é prioridade num país que ocupa perto da centésima posição no *ranking* internacional de investimentos em educação, com seus inexpressivos 3,7% do PIB.

Pelo exposto, penso ter deixado claro que a luta pela autonomia precisa ser melhor qualificada. Não basta lutar pelo autogoverno se esse não estiver alicerçado, no caso das universidades públicas, no adequado financiamento fiscal que permita de fato o exercício da autonomia.

Essa não é apenas a visão da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. É também a visão da Unesco que, em documento recente, *Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior (1995)*, considera um equívoco os países latino-americanos se afastarem da responsabilidade do financiamento do ensino superior público.

Infelizmente, o governo, por meio do Projeto de LDB MEC/Darcy Ribeiro e das reformas constitucionais em curso, vem irresponsavelmente desprezando essa orientação. Quem manda, no fundo, é o capital financeiro internacional. É o que me cabe dizer.

Referência Bibliográfica

- BANCO MUNDIAL. *La enzenanza superior: las lecciones derivadas de la experiência*. Caracas: Banco Mundial, 1995.
- UNESCO. *Documento da política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior*. Caracas: CRESALC/UNESCO, 1995.